

Ministros pedem igualdade em cortes

BRASÍLIA — O orçamento da União para 1989 e os cortes no setor público que o governo definirá ainda hoje durante a reunião ministerial no Palácio do Planalto foram objeto de preocupação e tema das conversações entre os ministros que compareceram à posse do novo titular de Indústria e do Comércio, Roberto Cardoso Alves.

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, adiantou que está disposto a colaborar com o governo no combate ao déficit público, mas deixou claro que essa colaboração vai depender também da contribuição dos outros ministérios:

“Temos de estar cientes da situação e de prestar colaboração ao governo. Se houver a necessidade de um corte e se esse corte vir a nos afetar em alguma coisa, estamos prontos para dar uma colaboração semelhante a de todos os demais ministérios”, afirmou Leônidas, acrescentando que ainda não fez uma

Ontem
análise dos projetos e programas de seu ministério que poderão ser sacrificados pelo governo.

O ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, concorda que as dificuldades devem ser divididas: “Estamos prontos a acompanhar as dificuldades do país, mas essa dificuldade deve ser repartida por todas as áreas do governo”, disse.

Pobre — O ministro da Justiça, Paulo Brossard, acha que a única coisa que pode ser cortada em seu ministério é o próprio ministro. O Ministério da Justiça já é um ministério extremamente pobre. Vai ser difícil cortar alguma coisa”.

— *O que poderá ser cortado?* — insistiram os repórteres. — Talvez o próprio ministro — respondeu Brossard, negando, contudo, a possibilidade de ser indicado para uma vaga no Supremo Tribunal Federal.

Brossard reiterou que seu ministério

está precisando dos recursos da União, e não de cortes:

“Estamos com um déficit no setor penitenciário, que foi abandonado no Brasil durante 40 anos. Dentro da precariedade dos recursos, temos um programa que visa a construção de uma penitenciária em cada estado. Chamo a atenção da sociedade para a importância de um programa como este”, afirmou.

Falhas — O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que se encontrou ontem no Palácio da Alvorada com o presidente José Sarney, apontou o que considera “uma das principais falhas da Constituinte”. Segundo o governador, a reforma tributária não poderia ser aprovada sem que antes fosse aprovada uma reforma administrativa:

“A reforma administrativa não só não foi feita como também não se permitiu que as instituições e o Estado fizessem remanejamentos e alterações”, explicou.